

**SEMINÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE COTAS DA UNESPAR**  
**RELATO DOS ENCONTROS REALIZADOS POR CAMPUS E POR REGIÃO**  
**MAIO E JULHO DE 2017**

**DOCUMENTO SÍNTESE**

O Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROGRAD) e a Diretoria de Assuntos Estudantis da Unespar promoveram o evento: SEMINÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA DE COTAS DA UNESPAR. Os seminários foram estruturados em 2 etapas para permitir o aprofundamento gradativo da temática junto à comunidade acadêmica e externa. A primeira etapa foi caracterizada pela realização de encontros em todas os *campi* da Universidade, iniciados no *campus* de Paranaguá, no dia 10/5 e, na sequência nos *campi* de União da Vitória (11/5), Curitiba I e II (12/5), Apucarana (16/5), Paranavaí (18/5) e Campo Mourão (23/5). A segunda etapa foi constituída de encontros regionais nos *campi* de Apucarana (norte) e Curitiba I (sul), realizados em 04/7 e 11/7 respectivamente. Nos eventos da primeira etapa estiveram presentes representantes da PROGRAD, da Diretoria de Assuntos Estudantis da Unespar, do CEDH Unespar, Diretores(as) de *campus*; Diretores(as) de Centro de Área, Coordenadores(as) de CEDH's locais e dos núcleos NERA, NERG e NESPI, Representantes Discentes; Representantes de Movimentos Sociais; Comunidade Acadêmica (docentes, discentes e agentes) e Comunidade Externa, reunindo aproximadamente 1.300 pessoas nas discussões. Os encontros da primeira etapa tiveram o objetivo de oportunizar a ampla participação da comunidade acadêmica e externa na reflexão sobre a temática e o levantamento de questões a serem aprofundadas na segunda etapa do evento. Os encontros nos *campi* tiveram duração de 3 horas (19:30 às 22:30), com opção pelo turno da noite para facilitar a participação dos/as estudantes trabalhadores/as. Todos seguiram a mesma metodologia de trabalho e foram iniciados com uma contextualização composta de informações básicas sobre os seguintes eixos: 1. conceitos de ações afirmativas, sistema de cotas e posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade da reserva de vagas por meio do sistema de cotas, a partir da relação entre o princípio da isonomia e o de igualdade material. 2. panorama das instituições pioneiras na implantação de cotas de acesso nas principais Universidades Públicas brasileiras; marcos legais de conquistas das pessoas negras, indígenas e de pessoas com deficiência no que se refere ao acesso no Ensino Superior público, com destaque para a Lei Federal nº 12.711/2012, reformada pela Lei Federal nº 13.409/2016 – que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio e dá outras providências. A Lei Estadual nº 13.134/2001, modificada pela Lei Estadual nº 15.995/2006 que determina a destinação de vagas suplementares para cada IES do Paraná e para a UFPR para Povos Indígenas e acesso por meio do vestibular para povos indígenas, realizado pela CUIA - Comissão Universidade para os Índios. 3. informações referentes à avaliação dos primeiros 10 anos de aplicação do sistema de cotas sociais e raciais nas Universidades Públicas Federais brasileiras, com destaque para os dados do relatório da UFPR, publicado em 2015, com a verificação do aumento de estudantes provenientes de Ensino Básico público e pessoas negras nas Universidades, porém, com a constatação de que o aumento ainda é abaixo do esperado no que se refere às metas percentuais. Dados sobre a inserção de Indígenas no Ensino Superior nacional e estadual, e a atual avaliação de aspectos relativos à interculturalidade e evasão dessa população no Ensino Superior. Foram apresentados resultados de pesquisas que demonstram a inexistência de diferença significativa na avaliação do ENADE 2012-2014 entre estudantes cotistas e não cotistas. No que se refere às Universidades que reservam vagas para pessoas com deficiência, foram apresentados dados que indicam um número ainda pequeno de preenchimento de vagas reservadas e a relação entre o baixo acesso à Universidade com a dificuldade de acesso de pessoas com deficiência ao Ensino Básico, em especial ao Ensino Médio. 4. panorama das características e percentuais de cotas adotadas

pelos IES do Paraná (UEM, UEL, Unioeste, UEPG, Unicentro e UENP) e dados institucionais da Unespar, referentes aos questionários socioeducacionais respondidos no ano de 2016, relativos ao percentual de negros, número de indígenas matriculados nos *campi*, renda familiar dos/as estudantes, percentual de estudantes que cursaram o Ensino Médio integralmente no Ensino Público, a forma de ingresso (vestibular ou SISU) e a relação entre vagas ocupadas e vacantes nos cursos da Universidade. Foram apresentados ainda dados relativos ao número de pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais fornecidos pelos Centros de Educação em Direitos Humanos - CEDH's de cada *campus* da Unespar. A contextualização foi finalizada com a colocação de questões levantadas por outras instituições em processo de avaliação da implantação do sistema de cotas sociais, raciais e para pessoas com deficiência, tais como: a metodologia de proporcionalidade de vagas, implantação de cotas em cursos com Teste de Habilidade Específica - THE, decisão sobre a realização ou não de banca de verificação de autodeclaração da condição de pessoa negra e outros mecanismos de combate à fraude em autodeclaração racial; possibilidades de avaliação funcional de candidatos com deficiência para avaliar a percepção de desvantagem no processo educacional; relações entre acesso e permanência dos estudantes cotistas, metodologia de implantação do sistema de cotas e periodicidade de avaliação. Após a contextualização inicial, foi aberto o espaço de inscrição para as colocações dos participantes. Destacamos a seguir os principais pontos abordados nos seminários isolados em cada *campi*:

- ✓ A ocorrência de várias situações presenciadas de racismo, homofobia, preconceito contra pessoas com deficiências etc.;
- ✓ A presença pequena de estudantes negros na Unespar, caso que se agrava em determinados *campi*;
- ✓ A possibilidade de se pensar em uma política de cotas que contemplasse negros que não sejam de um grupo considerado de baixa renda familiar, considerando que o pré-conceito racial perpassa todas as classes;
- ✓ A necessidade da articulação entre políticas de acesso, permanência e cotas;
- ✓ A importância do desenvolvimento de políticas afirmativas para outros grupos que sofrem preconceito, como a comunidade LGBT;
- ✓ A naturalização do racismo velado no Brasil e a importância do desenvolvimento da cultura africana na Educação Básica;
- ✓ A necessidade de revisão institucional da formação inicial dos licenciandos que deverão atuar com uma perspectiva inclusiva na Educação Básica;
- ✓ A importância da comunidade negra reconhecer o indivíduo como tal, uma vez que a identificação da pessoa negra aborda os aspectos fenotípico e político;
- ✓ Necessidade de discutir a distinção entre cotas raciais e sociais, a partir do entendimento de que as cotas raciais foram incluídas como subcotas sociais;
- ✓ A urgência em discutir o posicionamento da Unespar sobre cotas no contexto também da pós-graduação;
- ✓ Sugestão de diferenciar percentual de cotas raciais destinadas às mulheres negras, por ser este o grupo que sofre maior discriminação social;
- ✓ Necessidade de considerar nas discussões, a existência de 80 comunidades quilombolas no estado do Paraná;
- ✓ A percepção de ser benéfica a criação de vaga suplementar para estudantes com deficiência;
- ✓ Sugestão de que vagas suplementares para quilombolas sejam instituídas da mesma forma como foram as vagas para indígenas;
- ✓ Importância de construir ações de acessibilidade cultural por meio da implantação de mais disciplinas que estudem o conhecimento advindo das artes negras;
- ✓ A percepção de que há poucos professores negros na Unespar;

- ✓ A necessidade de rediscutir o Teste de Habilidades Específicas-THE juntamente com a política de cotas, com a argumentação de que se a Escola Pública não oferta Arte para esse aluno, ele não chegará na Universidade de Artes, a depender da habilidade específica exigida;
- ✓ Foi sugerida a criação de espaços educativos de encontros com mestres da cultura popular, pensando-se a partir do diálogo de saberes e convivência com a pluralidade de epistemes e como colaboração com a alteração da relação saber-poder na Universidade;
- ✓ A necessidade de problematizar a autodeclaração de pessoas negras com a sugestão de que não se utilize mais a identificação de pardos, apenas negros;
- ✓ A percepção de que há poucos artistas com deficiência na Universidade e depoimento sobre o problema atitudinal implícito na cultura de que a deficiência está relacionada com a incapacidade;
- ✓ Sugestão de aprofundar a discussão sobre a utilização do laudo médico ao invés de bancas de verificação funcional para a pessoa com deficiência, com o argumento de que o/a candidato/a pode não se identificar como uma pessoa que possui necessidade educacional especial durante a banca e poderá perceber tal necessidade ao longo do curso;
- ✓ Sugestão de aprofundar discussão sobre cotas para alunos imigrantes da América Latina;
- ✓ A dificuldade em identificar as necessidades educacionais especiais das pessoas que não se autodeclaram como tal na entrada do curso, mas, durante o mesmo apresentam tais necessidades;
- ✓ A possibilidade de adequação do questionário da Unespar para identificar as pessoas com deficiências tanto no momento vestibular, quanto na matrícula e a criação de um canal de comunicação com os discentes para divulgação dos serviços oferecidos pelo CEDH, para um maior acolhimento e para incentivar a denúncia de violação de direitos, dentro ou fora do *campus*;
- ✓ Sugestão de que o tema seja abordado dentro das salas de aula, para que seja percebido como um direito;
- ✓ Sugestão de que disciplinas optativas que abordam a história afro-indígena tornem-se obrigatórias para todos os cursos;
- ✓ A dificuldade de socialização que grupos de diferentes etnias, raças e pessoas com deficiência enfrentam nas universidades;
- ✓ Salientou-se que, quando o tema é política de cotas no mercado de trabalho, não há posicionamento contrário, mas, na Universidade a temática torna-se polêmica;
- ✓ Foi citado o exemplo da Fundação Araucária que abriu edital para bolsa permanência, mas, a Unespar não participou por não ter política de cotas implantada;
- ✓ Percepção da necessidade de abordar essas discussões em sala de aula e que os/as professores/as precisam de formação para tratar dessas temáticas;
- ✓ A percepção da necessidade de discussões no Ensino Médio sobre o sistema de cotas;
- ✓ Foi falado sobre a necessidade de que todos os Cursos de Licenciatura tenham Libras e que é preciso ampliar as disciplinas que tratam das questões referentes às deficiências;
- ✓ Foi evidenciada a necessidade de discutir políticas de cotas para transgêneros/transexuais por ser ainda uma minoria que continua invisível;

- ✓ A ausência de disciplinas de Educação Especial na graduação, especialização, mestrado e doutorado;

**Os eventos da segunda etapa foram realizados por região nos campi de Apucarana e Curitiba I e** tiveram como objetivo a qualificação e aprofundamento das discussões sobre a temática, com foco na troca de experiências sobre os processos de implantação de políticas de cotas em outras Universidades em nível Estadual e Federal do Paraná. Nesta etapa, os encontros se deram pela organização de uma mesa-redonda composta pelos seguintes palestrantes: Professor Dr. Adriano Luiz da Costa Farinasso (Presidente da Comissão de Cotas da Universidade Estadual de Londrina- UEL); Professora Dra. Maria Nilza da Silva (Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UEL e membro do Conselho Estadual de Políticas de Promoção à Igualdade Racial); Professora Dra. Laura Ceretta Moreira (Coordenadora do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidade Especiais – NAPNE - da Universidade Federal do Paraná). Das questões evidenciadas nos encontros realizados nos *campi* e que foram aprofundadas na etapa regional, destacam-se:

- ✓ A metodologia de estabelecimento de proporcionalidade das cotas;
- ✓ Os mecanismos de identificação de estudantes com direito a cotas raciais e para pessoas com deficiência, com ênfase na metodologia para a adoção do sistema de bancas de verificação;
- ✓ As relações entre cotas sociais e raciais e a interdependência entre o desenvolvimento de políticas de acesso e permanência.

O encontro da região norte ocorreu no campus de Apucarana(4/7) e da região sul no campus de Curitiba I (11/7). Estiveram presentes nos encontros regionais representantes da Reitoria; representantes PROGRAD, Diretoria de Assuntos Estudantis, Coordenação do CEDH Unespar, Direções de campus; Direções de Centro de Área, Coordenações de CEDH's locais e dos Núcleos NERA, NERG e NESPI, Representações Discentes; Representações de Movimentos Sociais; Comunidade Acadêmica (docentes, discentes e agentes) e Comunidade Externa, reunindo aproximadamente 200 pessoas nas discussões. Nos dois *campi* a Professora Dra. Maria Nilza da Silva abordou as seguintes questões: recuperou os conceitos de raça e racismo apoiada em autores como Antônio Sérgio Alfredo Guimarães e Lilia Moritz Schwarcz, para demonstrar a persistência do racismo em suas múltiplas facetas, e o comprometimento do desempenho escolar da população negra. Também demonstrou, a partir de dados estatísticos, que a adoção de cotas raciais consegue mudar o perfil racial das universidades. A partir de dados do IBGE sobre a Educação Superior no Brasil, a professora mostrou que o percentual de estudantes negros (pretos e pardos), com o advento das cotas raciais em diversas universidades brasileiras, passou de 4,0% em 1997, para 20% em 2014. Foi colocado que, ainda que se considere lenta esta transformação, sem a política de cotas, ela não teria ocorrido. A explanação da professora também discutiu a necessidade das bancas de verificação de autodeclarados negros visto que o mecanismo evita fraudes e o/a estudante desclassificado/a pela banca tem direito a recurso jurídico; além disso, as bancas são necessárias porque, no Brasil, é o racismo denominado "de marca" que segrega; ou seja, é em decorrência da aparência física (fenótipo) que as pessoas sofrem racismo (diferente de países como os Estados Unidos, por exemplo, em que é o racismo "de origem", ou a afrodescendência que produz a exclusão). O Professor Dr. Adriano Luiz da Costa Farinasso discutiu questões relacionadas à implantação do sistema de cotas destacando-se as seguintes: o argumento recorrente de que a implantação do sistema de cotas comprometeria a qualidade do ensino da IES e faria com que a Instituição passasse a ser avaliada de forma negativa, demonstrando que, no caso da UEL, a partir da implantação das cotas, a instituição continuou mantendo-se bem posicionada no *ranking* das instituições de ensino superior do país; outro aspecto discutido foi a ideia de que o rendimento acadêmico dos cotistas seria inferior ao dos

não cotistas, o que acabaria por comprometer a qualidade do ensino na instituição, e a suposição de que os cotistas evadem mais do que os não cotistas. Foram apresentados dados pelo palestrante que demonstram que ambas as afirmações não foram constatadas, já que, na UEL, o rendimento acadêmico dos cotistas, a partir do segundo ou terceiro período, consegue manter um desempenho muito semelhante ao dos não cotistas; e foi colocado ainda que os cotistas da UEL costumam evadir menos do que os não cotistas. O palestrante enfatizou que a implantação da política de cotas (raciais e sociais) na UEL teve impacto positivo. Destacou que é necessária a avaliação constante da implantação da política de cotas para garantir sua eficácia. A Professora Dra. Laura Ceretta Moreira apresentou aspectos legais e práticos da política de cotas para pessoas com deficiência, com ênfase na discussão a respeito do que significa ter uma necessidade educacional especial. A palestrante defendeu a necessidade de laudo médico juntamente com a banca de avaliação funcional para a análise das necessidades dos/as candidatos/as, explicando sobre a metodologia desse processo na UFPR. A palestrante afirmou que há hoje, na UFPR, cotistas em todos os cursos; também destacou a importância de programas de apoio como o "A UFPR é o teu lugar" que, através de visitas a escolas públicas da periferia de Curitiba, busca atrair estudantes que consideram que a UFPR "não é para eles", favorecendo a transformação do perfil socioeconômico e cultural do/a aluno/a da UFPR. Na contextualização das falas, no **campus de Apucarana**, foi destacada a necessidade de criação de mecanismos para não tolerarmos o racismo, ou a violência de qualquer outro tipo; foi reforçada a importância de controles nas bancas de verificação, a fim de manter a lisura e transparência do processo; foram indicados mecanismos de controle das políticas públicas para que todos tenham acesso às vagas reservadas, uma vez que este é um problema de toda a sociedade e que é necessária mobilização para que ocorram mudanças. Na contextualização do seminário regional realizado no **Campus de Curitiba I**, foi destacada a necessidade de se criar cotas de acesso para descendentes de Povos Quilombolas; destacaram-se as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência, reforçando a necessidade de implantação de políticas públicas de apoio a essas pessoas, que sofrem a exclusão desde a Educação Básica, enfrentando dificuldades permanentes para estudar, trabalhar e viver com dignidade. Foi destacada a importância desse momento vivido pela Unespar para o desenvolvimento de uma educação comprometida com o respeito a todas as pessoas e a igualdade de oportunidades.

O presente relato foi realizado pela Coordenadora do CEDH Unespar – Profa. Dra. Andréa Sérgio Bertoldi com base nas Atas dos Seminários locais e regionais, realizados nos *campi* da Unespar, as quais estão disponíveis para consulta nos CEDH's locais.